

***Trace the Rapists: entre as imagens violentas e
a violência das imagens***

***Trace the Rapists: between violent images
and images of violence***

Flora Daemon¹

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

¹ Professora do Departamento de Letras e Comunicação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ.
Contato: floradaemon@gmail.com

Resumo

O artigo parte da identificação de desafios impostos às mulheres indianas, vítimas concretas ou em potencial do crime de estupro, para refletir sobre possibilidades de agência e tensionar usos, riscos, gatilhos e possíveis esgotamentos de ações que visem sua erradicação. Para tanto nos dedicaremos a refletir sobre a campanha *Trace the Rapists*, criada pela ativista Sunitha Krishnan que, ao se deparar com vídeos de violência sexual registrados por perpetradores, inicia uma "caçada virtual", baseada na ampla publicização de tais imagens, com vistas a ressignificá-las politicamente por meio da associação à tag #ShameTheRapistCampaign. Refletiremos, a partir de uma abordagem decolonial, sobre os impactos da repetição das imagens de violência em larga escala e sua capacidade de incidir, efetivamente, na luta contra a violação de mulheres.

Abstract

The article starts by identifying the challenges posed to Indian women, actual or potential victims of rape crimes, reflecting about possibilities of agency and tension uses, risks, triggers and burnouts. For this purpose we will engage ourselves to reflect on the *Trace the Rapists* campaign, created by activist Sunitha Krishnan which, when faced with sexual violence videos recorded by perpetrators, initiated a "virtual hunt" based on a broad publicizing of such images, in order to re-signify them politically by associating with the #ShameTheRapistCampaign tag. We will reflect, through a decolonial approach on the impacts of the repetition of large-scale images of violence and their ability to effectively address the fight against women's rape.

Palavras-chave

Estupro; Violência, Sunitha Krishnan, #ShameTheRapistCampaign, Índia

Keywords

Rape; Violence; Sunitha Krishnan; #ShameTheRapistCampaign; India.

Introdução

Este artigo tem por objetivo dimensionar as tensões políticas da exposição da imagem violenta a partir da campanha “*Trace the rapists*”, protagonizada pela indiana Sunitha Krishnan. A ativista tem dedicado a vida a combater o tráfico de pessoas e a resgatar mulheres e crianças da escravização sexual. Ela própria foi violada aos 15 anos por um grupo de oito homens e, de acordo com seus relatos, após o estupro coletivo, foi estigmatizada e isolada por conta da natureza da violência a qual foi submetida. O objetivo de seu trabalho é combater o que chamou de “vitimização das vítimas”, uma tentativa de realocação simbólica dos sujeitos que sofreram com a ação de violadores.

Para tanto, ela se utiliza da natureza constrangedora e inconveniente das imagens registradas em vídeo por estupradores com o intuito de evidenciar os obstáculos e riscos inerentes à existência de mulheres naquele país e, assim, buscar implicar a sociedade indiana. Sua ideia é justamente expor um efeito secundário decorrente da violência primeira: o pacto de silêncio entre aqueles que, em tese, não concordam com o crime, mas não atuam

significativamente contra a cultura que possibilita sua conformação.

Segundo a Organização das Nações Unidas², os casos de estupro relatados na Índia aumentaram 25% entre 2006 e 2011. De acordo com o relatório anual da Anistia Internacional de 2016-2017³, em 2015 foram 327 mil os crimes contra mulheres registrados no país. Os números, incapazes de dimensionar integralmente o problema, indicam a recorrência de uma cultura do estupro presente no cotidiano da sociedade indiana.

As diferentes motivações encontradas pelas entidades de direitos humanos focam nos aspectos culturais do país: o sistema de castas; as desigualdades sociais; a discriminação contra mulheres marginalizadas; o limitado acesso aos estudos; as dificuldades para efetivar as denúncias contra o abuso sexual e sua frágil apuração pelas autoridades; além dos violentos processos históricos do país e a manutenção de uma cultura de valorização de ideários de masculinidade violenta.

Ainda assim, consideramos importante evidenciar mais um aspecto para que possamos conferir a tal cenário a complexidade devida. Em que pese a importância dos destaques às supracitadas estatísticas de violência contra mulheres na Índia, e tendo em conta a provável

² Disponível em < <https://nacoesunidas.org/onu-pede-por-debate-social-para-protecao-de-mulheres-na-india-apos-estupro-de-menina-de-23-anos/>> acesso em 05/07/2017.

³ ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório Anual da Anistia Internacional 2016/2017: O Estado dos Direitos Humanos no mundo. Rio de Janeiro, 2017.

subnotificação de casos, acreditamos que seja fundamental pontuar na presente reflexão algumas contribuições de Avtar Brah. Interessa-nos, justamente, a atenção ao risco de uma interpretação a respeito do universalismo, diante de racializações diferenciais, como uma expressão dos novos imperialismos globais do século XXI:

Os discursos de ‘terrorista’, ‘civilização’ e ‘estados falhados’ articulam-se na representação de grandes regiões do mundo, vistas como sendo incapazes de se governar. O gênero desempenha um papel crítico nesses regimes representacionais, como quando a figura da mulher muçulmana passa a ser orientalizada como passiva e à mercê de homens autoritários. Estas representações de povos aparecem de todas as formas nos media globais, onde certas imagens (por exemplo, imagens de mulheres cobertas com o *hijab*) e não outras (por exemplo, mulheres médicas, engenheiras, educadoras, etc., realizando os seus trabalhos com ou sem *hijab*) são selecionadas, com o objetivo de mobilizar longos discursos ocidentais de superioridade. (...) Em geral, esses discursos rearticulam a fantasia dos não-muçulmanos, especialmente os homens, de desvelar a mulher (BRAH, 2019, pp. 46-47).

A posição de onde parte Sunitha Krishnan na condição de uma mulher indiana que se recusa ao papel de derivado da violência sexual e, por isso, se engaja numa luta para ressituar politicamente os homens que violam mulheres pode ser entendida, também, como uma subversão do papel de gênero atribuído à ela que se recusa a aceitar o que ela chamou de “vitimização das vítimas”.

No âmbito do discurso colonial, o *topos* do resgate ocupa um lugar estratégico em relação à batalha da representação. O imaginário ocidental não apenas vê metaforicamente a terra colonizada como a mulher que deve ser resgatada da sua desordem mental e da desordem do meio ambiente, mas prioriza narrativas de

resgate mais literais, sobretudo de mulheres ocidentais e não ocidentais sob o domínio de árabes polígamos, negros libidinosos e “machos” latinos (SHOHAT; STAM, 2006, p. 63)

O problema, neste sentido, não seria o resgate em específico. Mas quem é o sujeito da ação que pretendia promover uma alteração na dinâmica social pelo reposicionamento das imagens produzidas por aqueles que passaram a ser perseguidos justamente por meio de suas próprias produções. Dito de outra forma, a questão que se coloca é que Sunitha Krishnan é uma mulher que, não podendo desvincular-se da violência que a acometeu no passado, se tornou sujeito ativo na luta contra a violação de mulheres em seu país. E, para tanto, não ousou apenas se reposicionar. Ao se deslocar, intentou, também, mover atores e estruturas.

Entre o patriarcado e o imperialismo, a constituição do sujeito e a formação do objeto, a figura da mulher desaparece, não em um vazio imaculado, mas em um violento arremesso que é a figuração deslocada da ‘mulher do Terceiro Mundo’, encurralada entre a tradição e a modernização (SPIVAK, 2010, p. 119).

O gesto de Sunitha Krishnan revelou o impasse examinado por Gayatri Spivak que defende que os “dois sentidos de ‘representação’ são agrupados: ‘falar por’, como ocorre na política, e representação como ‘re-presentação’, como aparece na arte ou na filosofia. (Spivak, 2010, p. 31). Ao focalizar a sujeição de mulheres a partir da ideia de subalternidade, a pesquisadora se voltou para a construção ideológica que sustenta a

dominação masculina. “Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (IDEM, p. 28).

A exposição do caráter abjeto de tais violações esbarra, ainda, em outros dois desafios: as recorrentes interpretações voltadas às ideias de subjetividade/individuação (dos perpetradores) e de singularização episódica. Não raro, diante de casos desta natureza, ora o violador é lido como um indivíduo idiossincrático, “portador” de um traço vil de personalidade, um monstro, ora o evento em si é narrado como algo excepcional que irrompe o “curso normal” do cotidiano. Ao reunir, sistematizar e publicizar dezenas de trechos de vídeos amadores registrados por estupradores e amplamente compartilhados e consumidos por uma audiência anônima, não necessariamente composta em sua totalidade por violadores concretos, Sunitha Krishnan revela traços de um fenômeno silencioso que se sustenta precisamente na ideia de cultura misógina, partilhada e difundida em âmbitos diversos, conforme aponta Karolin Kapler:

Uma sociedade define uma ação como violenta ou não-violenta de acordo com o grau de rejeição e a

⁴ No original: “una sociedad define una acción como violenta o no violenta según el grado de rechazo y la subsiguiente condenación que produce, y estos dependen a su vez de los niveles de tolerancia hacia el fenómeno dentro de la sociedad. La violencia sexual

subsequente condenação que produz, e estas, por sua vez, dependem dos níveis de tolerância em relação ao fenômeno dentro da sociedade. A violência sexual pode gerar indignação social (...), gerando fascinação e rejeição, mas, acima de tudo, criando silêncio. É possível afirmar, portanto, que a violência sexual se caracteriza por inconsistências e paradoxos gerados no nível individual e social (KAPPLER, 2010, p. 3. Tradução nossa)⁴.

Para refletir sobre tal desafio – compreender as limitações de uma interpretação que desvincula o sujeito da cultura que o atravessa – nos voltamos, neste momento, aos estudos de Kate Manne (2019) que reflete sobre o que chamou de concepção *naïf* da misoginia. De acordo com a filósofa, é possível entender a misoginia como uma propriedade de agentes individuais. Ainda assim, é preciso considerar que o teor pessoal deste ódio destinado às mulheres por serem mulheres afeta e é afetado diretamente por uma dimensão partilhada e, por isso, organizada politicamente no âmbito da cultura:

a misoginia, embora muitas vezes seja de teor pessoal, é mais produtivamente entendida como um fenômeno político. Especificamente, eu defendo que a misoginia deve ser entendida como o sistema que opera dentro de uma ordem social patriarcal para policiar e impor a subordinação das mulheres e defender o domínio masculino (MANNE, 2019, p. 148).

Acreditamos que seja justamente por conta da não associação da violência contra a mulher à dimensão da cultura misógina que a

puede generar indignación social (...), generando tanto fascinación como rechazo, pero sobre todo creando silencio. Es posible afirmar por tanto que la violencia sexual se caracteriza por incoherencias y paradojas que se generan en el ámbito individual y social”.

interpretação do estupro, na qualidade de ação abjeta que infringe corpos, não tem sido capaz de garantir um engajamento que vise o amparo e a inclusão social das vítimas. Diante da evidência da violação, o que se observa é uma política de silenciamento que promove um efeito de normalização da exploração, mesmo que publicamente sejam sustentados discursos de aversão ao estupro e/ou aos estupradores. É a partir deste cenário que se desenvolvem os controversos métodos de atuação de Krishnan que situa a comunicação como um dos pilares a serem disputados politicamente numa empreitada contra a cultura do estupro e os interditos decorrentes.

Interessa-nos, assim, neste artigo, focalizar a dimensão da violência contra as mulheres como parte integrante do que Rita Segato chamou de *pedagogias da crueldade*. Tais técnicas políticas são conformadas a partir do caráter sexual e do intento de converter pessoas em derivados da violência e, fundamentalmente, incluir o olhar dos terceiros, pares dos sujeitos perpetradores, como parte do processo de infringir dor por meio do constrangimento sexual que se diversifica, como veremos adiante, a partir da ideia de cultura da vergonha. A antropóloga, neste sentido, defende que o "*ataque sexual e*

a exploração das mulheres são hoje atos de presa e consumo do corpo que constituem a linguagem mais precisa com a qual a objetificação da vida é expressa" (SEGATO, 2018: 11. Tradução nossa)⁵.

Na trilha da constituição de uma chave de análise que entenda o estupro como uma linguagem que se organiza nos corpos objetificados de mulheres, buscamos empreender esforços no sentido de considerar que a linguagem inteligível da violência sexual não se destina restritamente às vítimas concretas ou em potencial. Tal interpretação direcionaria a violação à ideia instrumental de satisfação de uma necessidade, um ato de ordem libidinal (Idem: 39). Ao contrário, defendemos aqui, de maneira alinhada com a perspectiva de Segato, que é preciso entender este tipo de violência como um enunciado que se conforma mais a partir da expressividade do que do ganho material.

A violação segue essa lógica, é, por um lado, de fato, um ato na sociedade, um ato comunicativo, cuja afirmação, tanto o enunciador quanto os destinatários, compreendem, embora não por uma consciência analítica e discursiva, mas por uma consciência prática. E, por outro lado, o estupro não se refere exclusivamente ao relacionamento do agressor com sua vítima, mas, principalmente, ao relacionamento do agressor com seus pares, os outros homens (SEGATO, 2018: 40. Tradução nossa)⁶.

⁵ No original: "*El ataque sexual y la explotación de las mujeres son hoy actos de rapiña y consumición del cuerpo q que constituyen el lenguaje más preciso con la cosificación de la vida se expresa*".

⁶ No original: "*La violación sigue esa lógica, es, por un lado, en hecho, un acto en sociedad, un acto comunicativo, cuyo enunciado tanto el enunciador como los destinatarios entienden aunque no por medio de una conciencia analítica, discursiva, sino por medio*

Tal deslocamento proposto pela pesquisadora é capaz de promover desconfortos nos debates que focalizam o estupro a partir da centralidade da relação vítima-agressor. Segato acredita que para compreender o caráter expressivo deste tipo de dolo é preciso incluir, analítica e politicamente, a relação agressor-pares, colocando em cena “*os outros homens como os interlocutores privilegiados no circuito de interações que resultam no ato de violação*”⁷ (Idem. Tradução nossa).

Neste sentido, a atuação política da ativista indiana Sunitha Krishnan pode ser reveladora de algumas de complexidades que sustentam a natureza dos empreendimentos violentos contra mulheres na Índia. Estes somente se concretizam em sua integralidade se, além da violação do corpo feminino, incluírem também o consumo do estupro por uma quantidade imensurável de pessoas convertidas em audiência.

Trace (then) shame the rapists: a campanha

Após receber dois vídeos de mulheres sendo estupradas por vários homens, Krishnan

relata ter se indignado, em parte pela brutalidade dos indivíduos que se mostravam sorridentes enquanto molestavam as mulheres, mas principalmente pela certeza de impunidade que os levou a publicizar seus atos vis⁸. A ativista decidiu, então, usar os registros com o intuito de ressignificar o consumo de tais conteúdos, dando início à *#ShameTheRapistCampaign*. Ela publicizou uma edição das imagens com as faces e os corpos das vítimas borrados, de modo a não permitir a identificação das mulheres, e dar justamente destaque para os rostos dos estupradores. A campanha pretendia o reconhecimento dos homens gravados naqueles *frames* para posterior encaminhamento às autoridades.

Iniciei *#ShameTheRapistCampaign*, editei esses vídeos, cheguei a 1 minuto e 30 segundos, desfoquei completamente as imagens da vítima, destaquei os rostos do estuprador, garantindo que as pessoas que vissem o vídeo pudessem ter uma ideia da região/localidade pelos idiomas que esses caras estavam falando. Era óbvio para mim que não estava no sul da Índia. Postei esses vídeos no Youtube e lancei minha campanha para rastrear esses estupradores, envergonhá-los e entregá-los às autoridades. Em algumas horas, comentários de todo o mundo começaram a aparecer para apoiar a campanha (KRISHNAN. Tradução nossa)⁹.

de una conciencia práctica. Y por ele otro lado, la violación no remite exclusivamente a la relación del agresor con su víctima, sino que lo hace, y principalmente, a la relación del agresor con sus pares, los otros hombres”.

⁷ No original: “*Los otros hombres como los interlocutores privilegiados en el circuito de interacciones que resultan en el acto de violación*”.

⁸ Baseado nos relatos na ativista publicados em seu blog e em entrevistas diversas.

⁹ No original: “*I started #ShameTheRapistCampaign, I edited these videos, made it to 1 minute and 30 secs, blurred the images of the victim completely, highlighted the faces of the rapist, ensuring that people who see the video may get an idea of the region/locality by the languages these guys were speaking. It was obvious to*

O ato de Krishnan, mais do que revelar o caráter abjeto da violência, evidenciou o pacto de silêncio e, em alguma medida de cumplicidade, que vigorava e envolvia a sociedade como um todo e, em especial, a justiça, a polícia e os meios de comunicação. Não se tratava de um tema novo. Antes da campanha, os dados sobre violações de mulheres na Índia já eram públicos, mas a ousadia da ativista pautou, mesmo que a contragosto, a mídia, a polícia e a justiça.

Carmen Rial, em seu estudo a respeito da ausência de representação do estupro de mulheres por soldados durante a Guerra do Iraque, desvela o profundo desinteresse dos meios de comunicação em tematizar a questão, a despeito da incontestável materialidade de provas e evidências de tais crimes.

Há dezenas de narrativas, a maioria proveniente das próprias mulheres estupradas, com descrições detalhadas das agressões e precisões dos abusos sexuais, em relatórios de respeitáveis observadores das Nações Unidas e repórteres de ONGs atuando no Iraque (como a Cruz Vermelha e a *Human Rights Watch*) que estranhamente permanecem ausentes do tão loquaz mediascape (RIAL, 2007, p. 138).

É incontestável que há um amplo consumo das imagens de violação no Iraque, na Índia e em outros países. Em que pese o caráter racista de algumas destas produções e as fragilidades legais locais que facilitam este

tipo de prática, acreditamos que a falta de repercussão do tema na mídia é reveladora da misoginia que opera em instâncias sociais diversas, como veremos mais adiante. Enquanto estas estão sendo consumidas clandestinamente não há necessidade de confrontação. “*A foto-troféu é lembrança do triunfo sexual, numa relação de substituição: ela evoca no espírito dos espectadores o eco da potência criado no ato original. E, mais do que isso, é troféu que, ad infinitum, multiplicando os estupros*” (RIAL, 2007, p. 142).

Os vídeos editados por Sunitha Krishnan e tornados públicos apresentaram cenas de violação e, fundamentalmente, buscavam gerar um efeito de constrangimento das instâncias que deveriam se ocupar de lutar contra a prática profundamente arraigada naquele país. Foi por meio do gesto subversivo, de maneira consciente e contraditória e que, em alguma medida rompe com as expectativas de gênero, que Krishnan deslocou o lugar do protagonismo.

me that it was not in South India. I posted these videos on 'youtube' and launched my campaign to trace these rapists, shame them and hand over them to the authorities. In a couple of hours comments from all over

the world started pouring in supporting the campaign”. Disponível no blog pessoal da ativista. Link: [http://sunithakrishnan.blogspot.com/2015/02/shamethe-rapistcampaign.html](http://sunithakrishnan.blogspot.com/2015/02/shamethe-<u>rapistcampaign.html</u>)



Figura 1: Destaque para os rostos de homens indicados como violadores. Tal imagem foi compartilhada amplamente em várias redes e em veículos jornalísticos. Esta, especificamente, foi

A ativista relatou um encontro que teve com uma jovem vítima. Ela teria dito: "*não há encerramento para mim, toda vez que ando na rua sinto que as pessoas viram meu vídeo. Você pode realmente me assegurar que o vídeo será bloqueado?*" Krishnan narra que neste momento se viu sem resposta e, por isso, passou a questionar a responsabilidade da sociedade diante daqueles crimes. A implicação de todos na conformação de um ambiente que viabiliza e, em alguma medida, estimula o estupro se tornou central. Interessava não apenas identificar os estupradores e denunciá-los, mas fazer com que fossem eles os humilhados pelos vídeos que circulavam e não suas vítimas.

Essa é uma guerra e precisamos lutar com a estratégia certa. Por muitos séculos a vítima foi envergonhada, vitimada, isolada, condenada ao ostracismo e estigmatizada por um crime que nunca cometeu. O resultado foi que criamos um ambiente favorável de impunidade. Isso, combinado com nosso sistema de justiça criminal, que repetidamente falhou ao lidar com a questão, completou o ciclo da ilegalidade. Hoje, os homens que cometem crimes tão hediondos não têm remorso nem culpa, ao contrário, celebram sua brutalidade com uma mentalidade doentia. Igualmente chocante é o fato de que muitos de nós temos gostos desprezíveis de voyeurismo e não só vimos esses vídeos, mas também ajudamos esses patifes a espalhar a mensagem (KRISHNAN, 2015)¹⁰.

Interessa-nos, nesta etapa da reflexão, atentar para o desejo de constranger os violadores evidenciado, também, na forma de convocação na arte acima destacada: "Nos ajude a rastreá-los, envergonhá-los e reportá-los às autoridades". É importante observar que a campanha apresenta uma ordem específica para cada etapa. Após o rastreio, associar à imagem dos perpetradores a ideia de vergonha parecia ser uma operação indispensável. A proposta não era, simplesmente, identificar possíveis culpados para, em seguida, denunciá-los às instâncias responsáveis pela investigação, apreensão e julgamento. O segundo movimento da mobilização se baseava precisamente na tentativa de disputa simbólica, no âmbito da cultura, a respeito da prática do estupro. Krishnan buscava envergonhar os violadores. E essa, ao que tudo indica, era uma escolha arriscada:

A vergonha requer a presença, real ou imaginada, do

¹⁰ Texto publicado no blog pessoal de Sunitha Krishnan no dia 17 de fevereiro de 2015. Disponível em

<http://sunithakrishnan.blogspot.com.br/2015/02/shamet-herapistcampaign.html> acesso em 06/07/2017.

olhar acusador de um outro que o indivíduo preza ou respeita. As sociedades em que predomina a vergonha como emoção socializante são sociedades da exterioridade, onde o conteúdo das regras morais tende a se restringir aos atos na sua forma manifesta (isto é, algo que foi ou que pode ser visto, excluindo tudo o que é inacessível ao olhar do outro, como sensações e imagens) e segundo a opinião que os outros deles possam ter (GIBALDI VAZ, 2014, p. 37).

O risco da campanha – baseada inicialmente no constrangimento público sendo nomeada como *Shame the rapist* – era justamente demandar um olhar unânime sobre o estupro. Mesmo tendo clareza do amplo consumo subterrâneo de tais imagens, Sunitha Krishnan, aparentemente, não considerou que envergonhar o estupro concreto, aquele que violou mulheres e se colocou em cena para uma audiência imensurável, era, indiretamente, uma demanda de constrangimento voltada a outros sujeitos que “somente” assistiam aos vídeos e, por tanto, não desejariam ser considerados como parte imprescindível daquele dolo. Trata-se do que Gibaldi Vaz chamou de passagem da vergonha à culpa que corresponderia à “*internalização e identificação do indivíduo com o olhar do observador externo que incorpora os valores sociais positivos, observador que, antes, estava destacado, mesmo quando sua vigilância e censura eram apenas imaginadas*” (GIBALDI VAZ, 2014, p. 37).

Para disputar os sentidos em jogo naquelas imagens em que havia, claramente, uma demarcação de papéis – o(s) violador(es) e a violada –, com vistas a redistribuir o constrangimento atribuído aos mesmos, a campanha esbarrava na diversificação da ideia de vergonha que, neste contexto, aparecia como humilhação. A exibição do horror dos registros fílmicos não era suficientemente forte para alterar a interpretação corrente de que pior do que ser envergonhado por ser um estupro, seria estar marcada, pela experiência em si e, também, por seu consumo amplificado pelo olhar perverso de outrem, como alguém humilhada pela violação.

O estupro não busca tanto a satisfação sexual, mas a total submissão de sua vítima, sua humilhação e degradação. Somente quando estes se materializam o agressor pode experimentar um estado eufórico. É, portanto, uma sexualização do nível social de agressão (KAPPLER, 2010, p. 7. Tradução nossa)¹¹.

A campanha, apesar de polêmica, ganhou força nas redes sociais. Após seu início, Sunitha Krishnan sofreu um atentado e passou a receber ameaças. Ao mesmo tempo, foram enviados muitos vídeos de estupros de crianças, adolescentes e mulheres de diferentes partes da Índia que haviam sido publicizados em redes sociais e aplicativos de distribuição de mensagens, como o *WhatsApp*.

¹¹ No original: “*la violación representa la necesidad frustrada de mostrar un dominio, en cuyo caso el violador no busca tanto la satisfacción sexual, sino la sumisión total de su víctima, su humillación y su*

degradación. Sólo cuando éstas se materializan el agresor puede experimentar un estado eufórico. Se trata, pues, de una sexualización del nivel social de la agresión”.

A ativista recorreu, então, ao governo com cinco exigências: que este fizesse uma investigação da origem dos vídeos; que fosse criada uma força-tarefa para combater os crimes sexuais; que fosse organizado um espaço de denúncia anônima dos estupradores; e que os intermediários fossem responsabilizados (*Facebook, WhatsApp, Youtube* etc.) para que os vídeos não fossem apenas deletados, mas denunciados às autoridades.

Mesmo diante de êxitos na identificação e responsabilização jurídica de possíveis criminosos, as reprovações se voltavam, principalmente, para os métodos de Krishnan. Desaprovada não apenas por homens que se sentiram ameaçados, mas principalmente por mulheres feministas, as críticas estavam centradas em dois aspectos: I) O objetivo prioritário de constrangimento dos estupradores através da divulgação das imagens que geraria um antagonismo problemático; II) A veiculação de vídeos que, mesmo editados, não possuíam autorização das vítimas, desconsiderando a dor e o desejo das mulheres forçadamente postas em cena. Para

muitos, essa era apenas mais uma forma de traumatizar e reforçar a humilhação das mesmas.

Comecei a ouvir muitas críticas sobre minha campanha. O que alguém poderia ter contra ‘envergonhar um estuprador’ que já havia exibido seu crime? Mas, lentamente, percebi que muitas das críticas eram sobre o vídeo que postei. Foi apontado que eu ignorei a situação das vítimas quando vêem tais vídeos sendo jogados no ‘YouTube’. Isso equivaleria a uma re-traumatização. Justo! Mas a minha pergunta é: quando esses vídeos foram transmitidos em todo o país com os rostos das vítimas para todos verem, por que as pessoas não protestaram naquele momento? (KRISHNAN, 2015. Tradução nossa)¹².

Entre a polêmica e o debate, os resultados apareceram depois de alguns meses: o governo conseguiu descobrir a origem de seis vídeos e várias pessoas envolvidas foram presas. A investigação também apresentou dados significativos: uma das pessoas presas por publicar o vídeo na internet foi um jovem de 19 anos que possuía 479 vídeos de violações em seu computador.

A implicação do consumo desses produtos se tornou fundamental para a ativista a partir da prisão do rapaz que publicava os vídeos online. Segundo ela, há um mundo de consumidores deste tipo de imagens em que mulheres são torturadas e estupradas. Em

¹² No original: “I also started hearing a lot of criticism about my campaign. In the beginning I was not able to fathom what was really hassling them. What could anyone have against ‘shaming a rapist’ who was already flaunting his crime? But then slowly I realized many of the criticisms were about the video I had posted. It was pointed out that I had ignored the plight of the victims when they see such videos being played on ‘YouTube’. It would amount to re-traumatization. Fair

enough! But my question is when these videos were being passed around across the country with the faces of the victims for everybody to see, why did people not protest at that time”. Texto publicado no blog pessoal de Sunitha Krishnan no dia 17 de fevereiro de 2015. Disponível em <http://sunithakrishnan.blogspot.com.br/2015/02/shametherapistcampaign.html> acesso em 06/07/2017.

quatro dias de campanha Krishnan já havia recebido cinquenta vídeos de estupros. Um ano depois ela relatava que mais de duzentas produções fílmicas de mesmo teor foram encaminhadas.

Tensões entre as imagens violentas e a violência das imagens

Para refletir sobre os desafios concernentes à campanha implementada por Krishnan é importante pensar que o estupro, em si, se tornou precisamente uma das etapas da violência que se desdobra a partir da ideia de captura da experiência pelo registro midiático para, em seguida, se completar com a transmissão e consumo de tais imagens. Torna-se, assim, fundamental refletirmos sobre o poder e a dimensão imagética que os *frames* violentos impõem à ideia de gozo violento.

Veena Das se volta às produções sobre violência para perceber os efeitos que estas promovem ao reafirmar as fronteiras entre o que é considerado civilizado e seu oposto e, também, para delimitar o humano: “Muitos trabalhos recentes acerca da violência sugerem que, quando se contempla a violência, atinge-se uma espécie de limite da capacidade de representar. Em geral apresentados sob o signo do ‘horror,’ eles nos fazem pensar como seres humanos podem ter sido capazes de atos tão

hediondos, em tão grande escala” (DAS, 1999, p. 31).

Há, neste quadro, uma considerável carga de intencionalidades: de reiterar hierarquias, de provocar o medo e, sobretudo de inscrever, na materialidade de imagens reproduzíveis em larga escala, as marcas de autor de um tipo de violência que se ampara, discursivamente, na ideia de que a crueldade no corpo alheio é uma possibilidade quando se está diante de um outro objetificado.

Neste sentido, é importante centrarmos nossa observação no crescimento e na prevalência da ostentação do corpo que infringe dor diante das câmeras por meio de eventos que demonstrem alterações no regime de presença em que se insere o indivíduo perpetrador. Tais casos, em que sujeitos da violência se posicionam diante da câmera para, então, cometer o dolo, confirmam o deslocamento do algoz e evidenciam esta mudança como um fenômeno deliberado de exposição de si que entende o reconhecimento como risco calculado.

É possível entender, então, o valor dos rastros de intencionalidade considerando que a finalidade está, sempre, ligada à tentativa de validação da violência enquanto operador discursivo ou, como aponta Segato (2018), como linguagem inscrita no corpo alheio, tanto através do que revela, quanto por meio do que objetiva ocultar. E este jogo, materializado em

composições imagéticas, como vimos, buscará gerar afetações e disputar sentidos a partir de operações que remetem ao passado e, fundamentalmente, projetam futuro.

Recorremos aos estudos de Maria Rita Kehl que tensiona a natureza necessariamente violenta das imagens a partir da ideia de imaginário e do choque com o real: "*Se todo signo ocupa o lugar de uma coisa ausente, a imagem é o que mais se parece com a presença da coisa*" (201, p. 86). Essa busca pela presentificação da experiência por meio da imagem registrada é central na medida em que estamos lidando com a dimensão do trauma da violência sexual, acrescida do risco de seu caráter "eternizado" pelo consumo alheio.

Por mais que a experiência do dolo se realize no corpo físico da mulher, é também na materialidade das imagens que ela se prolifera e diversifica. É a partir dessa percepção que Krishnan resolve disputar os sentidos que se pretendem monológicos de tais vídeos. Se a imagem "traduz a coisa como se fosse a expressão da sua verdade", conforme nos aponta Kehl (Ibidem), a busca precisa ser por traduções de "novas verdades" que disputem e se fundamentem numa implicação de outra ordem dos sujeitos em cena, quais sejam: as mulheres violadas, os homens perpetradores, os consumidores curiosos e/ou sádicos e a "audiência horrorizada" de tais conteúdos.

O dilema de Krishnan, nesse sentido, poderia ser sintetizado com a percepção do "caráter real" do espetáculo, por mais incongruente que possa parecer. A ativista tem a consciência de que não podendo, nesses casos, desvincular a violação dos corpos femininos da memória imagética da violação de sua intimidade, a estratégia arriscada de disputar pelo viés do espetáculo aposta na reinserção do lugar da luta contra a cultura do estupro. "*O espetáculo é muito mais eficiente, para estabilizar o poder, do que as armas. Ele é capaz de dotar o poder de visibilidade, torná-lo convincente, consistente, necessário*" (KEHL, 2015, p. 87).

Considerações finais

O rastreamento midiático idealizado por Krishnan se articulava a partir da assunção pública e política de que constranger uma mulher à conjunção carnal é uma violência de natureza incontestável. Tal gesto deslocou o lugar que Krishnan ocupava para muitos de seus críticos: ela deixaria de ser a vítima revanchista, que promoveria uma caçada contestável aos criminosos, para se tornar sujeito político que agiria exclusivamente quando da violência dos homens. Podemos dizer que sua sagacidade se inscreve justamente naquilo que a sociedade, de um modo geral, quer silenciar: a violência sexual

é, quase que em sua totalidade, um problema associado à masculinidade; se não há estupro e nem imagem do estupro publicizada (e consumida) por meio de aparatos de comunicação, não haverá exercício (controverso) de contraviolência em resposta a tais abusos.

O gesto de Krishnan, nesse sentido, poderia ser interpretado como a coragem de depositar um espelho diante da sociedade. Este reflexo, por sua vez, é revelador de várias camadas de complexidade. Por meio da evidenciação de sua própria contradição enquanto mulher que, mesmo não se alinhando com a exposição das vítimas, resolve reiterar as imagens da violência, ela também evidencia, através desse espelho, que somente há estupro, bem como consumo midiático da violação, porque a permissividade com tal cultura é parte fundante da ordem patriarcal partilhada socialmente por todos.

Ainda assim, se o caráter dessa modalidade de violência sexual inclui, para além do gozo misógino, também um componente narcisista que "necessita" do olhar do outro para seu triunfo, como vimos, estamos diante de uma experiência violenta alterdirigida que eleva os limites do regime de hipervisibilidade e não se constrange, a princípio, com a cultura da vigilância potencializada pela cultura da vergonha. Esta parece ser a "grande força" da cultura do

estupro. Desta forma, há evidentes limitações na tentativa de ressignificar e de envergonhar os estupradores por meio da campanha *#ShameTheRapists*: eles não se envergonhariam; talvez se regozijem.

Há, nesse sentido, um esgotamento inerente à contraviolência. Talvez o feito de Krishnan tenha se baseado mais numa espécie de choque do real contra o real do que numa efetiva mudança de paradigma que não se inserisse numa lógica reativa. Ao usar as mesmas ferramentas das culturas da vigilância, da vergonha e do estupro, a ativista conseguiu surpreender, mesmo que momentaneamente, a ordem patriarcal. No entanto, esta estratégia possui limitações temporais e políticas inerentes aos mecanismos da violência estrutural, justamente por conta da presentificação das imagens, do caráter rotineiro de tais violações e da naturalização daquelas cenas, incluindo as ressignificadas por meio de lutas e ativismos.

Referências Bibliográficas

ANISTIA INTERNACIONAL. **Relatório Anual da Anistia Internacional 2016/2017: O Estado dos Direitos Humanos no mundo.** Rio de Janeiro, 2017.

BRAH, Avtar. "Feminismo, 'raça' e imaginação diaspórica de Stuart Hall". In:

BAPTISTA, Maria Manuel. CASTRO, Fernanda (orgs). *Género e Performances: textos essenciais 2*. Coimbra: Grácio Editor, 2019.

DAS, Veena. Fronteiras, Violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 40. Junho/1999.

KAPPLER, Karolin Eva. La otra cara de la sexualidad: Violencia sexual y sus huellas en la vida cotidiana de sus víctimas. **FES - X Congreso Español de Sociología: Grupo de Trabajo de Sociología de la Sexualidad**, 2010.

KEHL, Maria Rita. Imagens da violência e violência das imagens. **Concinnitas**, a. 16, v. 1, n. 26, junho de 2015.

MANE, Kate. “Ameaçando as mulheres”. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda (orgs). **Género e Performances: textos essenciais 2**. Coimbra: Grácio Editor, 2019.

ONUBR. ONU pede debate social para proteção de mulheres na Índia após estupro de menina de 23 anos. **Nações Unidas.Org**, 03 de janeiro de 2013.

RIAL, Carmen. Guerra de imagens e imagens da Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque Guerra do Iraque. **Estudos Feministas**, Florianópolis, a. 15, v. 1, n. 280, janeiro-abril/2007.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldade**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica**. Multiculturalismo e representação. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TEDTalks. **Sunitha Krishnan: The fight against sex slavery**. TED, 8 de dezembro de 2009. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=jeOumyTMCI8>> acesso em 05/07/2017.

TEDTalks. **Sunitha Krishnan: Shame the rapist**. INKTalks. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1KXw7om01xA>> .

GIBALDI VAZ, Paulo. Na distância do preconceituoso. **Galáxia** (São Paulo, Online), n. 28, dez. 2014.